

Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação – RESAFE

SOBRE INTERDISCIPLINARIDADE E DIFERENÇA:
UM DEBATE FILOSÓFICO

Marcos Villela Pereira *

Resumo: O presente ensaio tem por propósito a recolocação em cena do debate sobre a interdisciplinaridade, tomando como campo de referência as contribuições da filosofia da diferença. A interdisciplinaridade será entendida como uma estratégia e como um expediente de subjetivação, definindo o modo como o sujeito e sua prática ocupam uma posição no mundo. O termo será analisado em termos conceituais, levando-se em consideração alguma produção já existente e oferecendo uma abordagem pautada no entendimento do que são os modos e processos de subjetivação, à luz de teóricos como Gilles Deleuze e Felix Guattari.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Subjetividade; Diferença.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo la puesta en escena del debate sobre la interdisciplinariedad, teniendo como contribuciones el campo de referencia de la filosofía de la diferencia. La interdisciplinariedad se entiende como una estrategia y como un recurso de la subjetividad, la definición de cómo el sujeto y su práctica ocupan un lugar en el mundo. El término se discutirá en términos conceptuales, teniendo en cuenta toda la producción existente y ofrecer un enfoque guiado en la comprensión de lo que son las formas y los procesos de subjetividad a la luz de teóricos como Gilles Deleuze y Félix Guattari.

Palabras claves: interdisciplinariedad; subjetividad; diferencia.

O presente ensaio tem por propósito a recolocação em cena de um debate que vez por outra volta à pauta da discussão acadêmica, o debate sobre a interdisciplinaridade. Longe de pretender esgotar o tema, meu propósito é pontuar algumas adjacências conceituais com vistas à problematização do tema. Imagino que essa reflexão efetivamente contribua para o alargamento dessa discussão, uma vez que sua redução epistemológica leva na direção contrária ao que a própria ideia de interdisciplinaridade propugna. Partindo da palavra, propriamente dita, sem cair na análise etimológica estrita, começo por identificar os dois elementos que estão nela articulados: o objeto *disciplina* e a ação *inter*. Creio que só é

* Licenciado em Filosofia, Doutor em Educação, Professor Titular do Programa de Pós Graduação em Educação da PUCRS, Bolsista Produtividade PQ1/CNPq; marcos.villela@puers.br

possível pensar *interdisciplinaridade* se houver, antes, uma *disciplina*.

Estou começando por este ponto por compreender que a interdisciplinaridade supõe uma disciplinaridade que a antecede e a define. Antecede porque, hoje, a interdisciplinaridade aparece como uma estratégia de conhecimento que pretende superar o conhecimento disciplinar, característico da tradição positivista ocidental. A partir do pensamento moderno, o conhecimento passou a ser regulado pelo estatuto da ciência e, conseqüentemente, configurou-se pela rigidez e inflexibilidade típicas dessa ordem epistemológica. Com o advento da ciência contemporânea, foram incorporados os princípios da descontinuidade, da relatividade, da ruptura e da incerteza. Entretanto, esses valores entram em cena em virtude da impossibilidade daquele modelo clássico dar conta da multiplicidade da realidade. Assim, presenciou-se uma alteração da ordem científica que, contudo, não proporcionou a necessária revolução no estatuto da ciência. Afirmo isso considerando que os movimentos de renovação nas diferentes áreas (física, química, genética, enfim) foram movimentos parciais, uma vez

que promoveram alterações apenas na ordem interna dessas áreas. É bem verdade que algumas dessas renovações foram fruto de transposição de descobertas de uma área a outra mas, mesmo assim, não podemos considerar que o estatuto epistemológico da ciência tenha sido alterado. De fato, a prática científica vem sendo alterada a partir do exercício expansivo das áreas científicas ao longo do século XX. Se houve renovação, ela ficou localizada nos centros de excelência e nos laboratórios de pesquisa sem, no entanto, transbordar para a sociedade em geral. Se tomarmos a educação escolar como exemplo, podemos observar que, apesar do conteúdo revolucionário da ciência (mecânica quântica, teoria eletromagnética, teoria do caos, entre tantos outros) fazer parte das matérias escolares, os princípios epistemológicos de compreensão e produção de conhecimento nascidos nesse período não foram incorporados praticamente, isto é, a rotina pedagógica continua obedecendo uma ordem muito próxima daquele modelo clássico. Ainda, é necessário considerar que a velocidade das transformações e a conseqüente incorporação de novos princípios dá-se de ma-

neira diversa nas diferentes áreas de conhecimento notando-se, inclusive, diferentes formas de arranjo e reconceituação (a Nova História se desenvolve diferentemente da Geografia Crítica, por exemplo).

Apesar de observarmos um grande movimento de transformação nas diferentes disciplinas, essas mudanças ainda se dão de forma isolada, retidas pelas fronteiras epistêmicas de cada área de conhecimento. O trabalho interdisciplinar aparece, então, como uma estratégia de superação desses limites (ao lado de inúmeras outras alternativas). E ele é definido, inicialmente, pela tentativa de romper com a fragmentação do conhecimento, instaurando uma outra ordem de organização do pensamento conhecedor. Afirmar que o conhecimento disciplinar antecede e define o trabalho interdisciplinar significa, portanto, afirmar que a interdisciplinaridade supõe uma disciplinaridade que a regula e a impulsiona, uma vez que os valores e princípios ordenadores desse trabalho têm sua origem nos campos disciplinares envolvidos. O trabalho interdisciplinar é uma estratégia do sujeito conhecedor no sentido de ir para além das barreiras epis-

têmicas da disciplina. O sujeito tem como ponto de partida o repertório dado pelas próprias áreas de conhecimento trabalhadas e não algum princípio externo ou alguma ordem extrínseca. Os campos epistemológicos conectados é que fornecem a matéria prima para a reorganização do conhecimento, possibilitando ao sujeito o cruzamento de conteúdos disciplinares diferentes, bem como a operação híbrida de métodos e técnicas de investigação. Desse modo, a definição do trabalho interdisciplinar provém da articulação dos campos dados e sua lógica ou coerência interna obedece a princípios circunstanciais específicos. Evidentemente, não pretendo, aqui, postular que o trabalho interdisciplinar reduz-se a uma estratégia metodológica objetiva.

* * *

Há um outro componente fundamental, ao lado desse, que é a posição do sujeito conhecedor. Quando estou tratando a interdisciplinaridade como *trabalho interdisciplinar*, o faço tendo em vista que considero necessária a existência de um sujeito que o realiza, impossibilitando,

assim, a compreensão da interdisciplinaridade como portadora de alguma ordem apriorística. Ainda, a considero uma *estratégia de conhecimento* tendo em vista que a concebo como um jeito, um modo de colocar-se frente ao mundo, isto é, não a considero um modelo ou um paradigma, mas uma forma peculiar de posicionar-se, uma personalidade. Não se trata de um modelo científico, tendo em vista que ela é uma ação transgressiva da ordem científica (clássica ou contemporânea) à medida que o sujeito toma como referência, para regular seu olhar sobre o mundo, a prática cotidiana. Mas isso veremos mais detidamente na próxima secção. Antes, porém, ainda vale fazer uma ponderação.

O século XX foi um século de profundas transformações, principalmente no campo do conhecimento humano. Ao levantar-se questões sobre os paradigmas que têm norteado as Teorias do Conhecimento, verifica-se o quão lineares e limitantes são as premissas que explicam as atitudes de aproximação e apropriação da realidade e da produção do saber: sua lógica contraria a dinâmica e a com-

plexidade da ação cognitiva do homem.

Do ponto de vista da aprendizagem, predominam concepções derivadas do empirismo e do racionalismo, conservando um impasse epistemológico sobrevivente desde a gênese da Filosofia Ocidental. O empirismo remonta a Aristóteles e à sua tradição subsequente, relevando a experiência como fonte de todo conhecimento. A primazia dos sentidos aparece como decorrente da ideia de que a realidade é exterior ao sujeito que conhece, cabendo a ele a decifração das leis desse exterior e a consequente absorção ou internalização desse material: o sujeito se condiciona ao objeto; a "verdade" reside no objeto, somente sendo acessível através da experiência. O racionalismo, por sua vez, recupera Platão (coroador por Descartes): o conhecimento é anterior à realidade externa, ele reside no sujeito-mesmo do ato de conhecer. A ação cognitiva opera uma síntese interna no pensamento, resultando uma elaboração racional que tem sua raiz na construção subjetivista da "verdade". Ambas as vertentes são compreensões limitadas e parciais, provocando um enviezamento e um redu-

cionismo nas Teorias da Aprendizagem daí derivadas: as tendências associacionistas e as inatistas. “Nem no inatismo nem no empirismo há lugar para o papel da ação do sujeito no conhecimento do mundo” (GROSSI e BORDIN, 1992, 43).

Uma das primeiras vertentes de que temos notícia, questionadora desse esquema, são os trabalhos de Piaget: ao problematizar o empirismo, discute a redução da inteligência à percepção. Seus postulados contrapõem a inteligência sensório-motora à inteligência propriamente dita, numa tentativa clara de resgatar a práxis como ação em sua totalidade e não um movimento parcial interior a essa ação. (PIAGET, 1983, 242) Sua intenção é destacar o fato de que o sujeito e a realidade fazem parte do mesmo campo, inviabilizando a dicotomia tão presente até então. Ele afirma que é conveniente observar que tal desenvolvimento não poderia ser reduzido a um modelo associacionista pela aprendizagem ou pelos condicionamentos interpretados no sentido das associações (PIAGET, 1983, 245). Apesar disso, mesmo relevando sua concepção, destaca-

mos a crítica que lhe apresenta Merleau-Ponty:

As explicações de Piaget com referência à percepção têm um caráter hipotético: ele constrói um conjunto de hipóteses que coincidem com o resultado observado. Já nas outras ciências isso não é suficiente para satisfazer à teoria; é preciso ainda que ela nos dê uma visão inteligível do mecanismo do fenômeno. Em psicologia não se pode dispensar o apelo à experiência vivida; ora, manifestamente, o esquema de Piaget não responde à experiência do sujeito, é um esquema associacionista em que as noções de contração atual, contração virtual e sua interação lembram as construções de física tais como os componentes de forças. (MERLEAU-PONTY, 1990, 205).

Merleau-Ponty define a fenomenologia como uma filosofia que recoloca as essências na existência, "uma filosofia para a qual não se pode compreender o homem e o mundo senão a partir de sua facticidade" (MERLEAU-PONTY, 1990, 5). É "a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como é, sem levar em conta a sua gênese psicológica e as explicações causais do cientista" (MERLEAU-PONTY, 1990, 1-2). Para Piaget, o objetivo da Epistemologia Genética é “pôr a descoberto as raízes das diversas variedades de conhecimento, desde as suas formas

mais elementares, e seguir sua evolução até os níveis seguintes, até, inclusive, o pensamento científico” (Piaget, 1983, 13). O fio condutor do entendimento piagetiano é a interação organismo-meio, que se dá a partir de dois processos simultâneos vividos pelo organismo ao longo da vida, quais sejam, a organização interna e a adaptação ao meio. Assim como Merleau-Ponty, Piaget refutou a possibilidade do conhecimento como herança inata bem como efeito ou resíduo de percepções e informações (cerne do ideário empirista). Para ele, o conhecimento deriva das interações do sujeito com o mundo. Nesse ponto de vista, percebe o corpo como elemento integrante do mundo empírico, submetido às leis físicas que o regem. Quanto à mente, ele a considera uma unidade formal, que obedece às determinações da formalização. Assim, para Piaget, só a causalidade pode explicar os fatos que ocorrem no mundo, enquanto o imperativo lógico é que explica as dinâmicas mentais.

Merleau-Ponty desce até a raiz do sujeito e da subjetividade, com sua concepção do corpo-sujeito: um corpo que estabelece uma relação pré-objetiva e pré-consciente com o mun-

do, onde se entende que considerar o corpo como sujeito da percepção não significa meramente ceder ao impulso do empiricismo. Ao par disso, trata-se de colocar-se contra o racionalismo subserviente ao empirismo na ordem do pensamento causal. "Rejeitamos o formalismo da consciência e fizemos do corpo o sujeito da percepção" (MERLEAU-PONTY, 1971, 260). Por esta concepção do corpo-sujeito, Merleau-Ponty recusa e supera, além disso, o rígido dualismo cartesiano, da *res cogitans* e *res extensa*. (ZUBEN, 1978, iii). Merleau-Ponty (*Apud* ZUBEN, 1978, iii) afirma que:

a relação do sujeito e do objeto não é esta relação de conhecimento de que falava o idealismo clássico e no qual o objeto aparece sempre como constituído pelo sujeito, mas uma relação de ser segundo a qual, paradoxalmente, o sujeito é seu corpo, seu mundo e sua situação, e de certa forma estabelece com estes uma permuta.

Enfim, podemos identificar várias outras críticas (Wallon, Baldwin e outros) mas quero observar que seria necessário todo um estudo à parte para apresentar e comentar tais movimentos. Aqui, não é o caso. Meu interesse é tão-somente pontuar a pertinência de Piaget para contextua-

lizar o conhecimento disciplinar e interdisciplinar.

* * *

É necessário tomar, então, as disciplinas como *territórios disciplinares*. Território como espaço, que só se faz na medida que é atualizado por alguma prática objetiva. Quero dizer que uma disciplina não existe por si, ela não tem uma existência *a priori*. Ela existe em função do exercício investigativo, reflexivo e comunicativo que se faz sobre determinado aspecto da realidade. O que vai caracterizá-la são as peculiaridades do movimento que o sujeito faz, num determinado tempo, a fim de constituir um universo de referência para sua prática. A disciplina é um lugar, é um campo em permanente movimento de atualização e desatualização, de acordo com o movimento do sujeito e com o espectro de realidade tornado objeto. Cada nova prática e cada novo componente objetivado contribuem para desatualizar e reatualizar a disciplina.

Estou tomando os termos espaço e lugar a partir do conceitual praticado por Michel de Certeau, que considera que “um lugar é a ordem

(seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. [...] Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.” (CERTEAU, 1994, 201) Ele considera, ainda, que “existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. [...] Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circuncinam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais.” (idem, 202) Isto é, ao entender a disciplina um *lugar praticado*, estou considerando que há uma ordem virtual de vetores pertinentes a cada objeto ou campo da realidade vivida que é tornado ato por um sujeito que a habita. Um sujeito conhecedor habita o espaço amplo e inatual interferindo nele com sua intenção conhecedora, atualizando-o como um lugar determinado, fixando-o instantaneamente numa prática reflexiva e discursiva. A disciplina é um lugar dentro de um espaço. O espaço é uma instância plena de potencialidade, inacessível em si. Ele existe enquanto virtualidade pura,

como uma trama de vetores de direções e de tempos a serem percorridos por um sujeito em movimento. A trajetória praticada pelo sujeito (as relações que estabelece, os movimentos que faz) traça uma linha de atualização de um determinado conjunto de vetores que configura aquele exercício específico, isto é, uma posição. Quero definir a disciplina como um lugar determinado por um movimento do sujeito. Dessa forma, considerando que os lugares estão continuamente se fazendo e desfazendo no espaço, quero caracterizar a disciplina como resultante de um exercício singular do sujeito sobre o o caos infinito da realidade. Inseparáveis, espaço e lugar são ordens de existência contínuas definidos pela também inseparabilidade de sujeito e objeto. A disciplina, portanto, vem a ser a atualidade da relação estabelecida pela prática de um sujeito em seu movimento de conhecer.

Por outro lado, estou tomando os termos terra e território a partir do conceitual praticado por Deleuze e Guattari, que afirmam que

[...] pensar não é nem um fio estendido entre um sujeito e um objeto, nem uma revolução de um em torno do outro. Pensar

se faz antes na relação entre o território e a terra. [...] A terra não é um elemento entre outros, ela reúne todos os elementos num mesmo abraço, mas se serve de um ou de outro para desterritorializar o território. Os movimentos de desterritorialização não são separáveis dos territórios que se abrem sobre um alhures, e os processos de reterritorialização não são separáveis da terra que restitui territórios. São dois componentes, o território e a terra, com duas zonas de indiscernibilidade, a desterritorialização (do território à terra) e a reterritorialização (da terra ao território). (DELEUZE E GUATTARI, 1992, 113).

Ou seja, a definição da disciplina não obedece à relação sujeito-objeto, mas à relação terra-território. Conhecer é constituir um território. Trata-se de exercitar o constante movimento de desterritorializar e reterritorializar, ir e vir, devir. O conhecimento não é um objeto, é um território (cf. idem, 131). A disciplina é um território. Conhecer não é habitar um território já existente mas reterritorializar a terra. A disciplinaridade, portanto, não deve ser praticada como conservação ou preservação de territórios, nem como contínua desterritorialização, mas como exercício de desterritorializar e reterritorializar a partir de uma ordem vivida. A prática disci-

plinar, de fato, constitui-se pelo habitar uma região, configurando uma atualização da virtualidade potencial da terra. A crítica à disciplinaridade clássica se faz porque os campos disciplinares são, justamente, praticados ora como territórios cristalizados, paralisados, impedidos de se desterritorializar, ora como desterritorializações relativas a uma ordem extrínseca ao próprio território. A disciplinaridade deve ser praticada como desterritorialização e reterritorialização produzidas numa ordem de imanência, isto é, relativas a um universo de referência ele mesmo intrínseco.

A constituição de um território disciplinar, como afirmei, dá-se, ainda, a partir de um exercício investigativo, reflexivo e comunicativo do sujeito. Esse exercício é um movimento de constituição de Universais (cf. *idem*, 15), responsáveis pela configuração formal da disciplina e da fabricação do consenso necessário à sua subsistência no campo científico. Tal ordem é constituída em virtude da permanência, nesse campo, da lógica clássica como razão ordenadora do universo do conhecimento. É a mesma lógica que originou os megarelatos filosóficos e os paradigmas

científicos, ou seja, a disciplinaridade obedece a uma ordem de transcendência evidentemente incoerente com a forma do pensamento.

A despeito de considerar o conhecimento como algo distinto do tradicional modelo da relação sujeito-objeto, admito que as disciplinas têm uma dimensão objetiva e uma dimensão subjetiva. Até, poderia dizer, uma dimensão de forma e uma de conteúdo. Entretanto, ainda tenho um certo receio quanto ao uso dessa nomenclatura em função dos riscos que se corre de cair nas versões estruturalistas correntes. Enfim, vou permitir-me especular em torno das dimensões objetiva e subjetiva.

Por dimensão objetiva, então, estou tomando o aspecto relativo ao conteúdo de uma disciplina, isto é o conjunto de elementos que habitam. Se considero a disciplina um território, um lugar, o aspecto objetivo são os componentes que constituem o dentro desse território. Se estivesse lidando com uma linguagem mais senso-comum, diria que o conteúdo da disciplina envolve o objeto e o método da investigação. Entretanto, vai mais além. Uma disciplina não tem, simplesmente, um objeto. Ela é

um território e seu conteúdo é composto pelo conjunto de vetores, de forças de entendimento tornadas atuais pelo movimento do sujeito. Um conjunto de vetores atualizados não é um objeto. Um conjunto de vetores é uma região percorrida e praticada, é um certo feixe de forças vivas da realidade que é percorrido por uma onda móvel resultante da intervenção do sujeito sobre o que vive. Esses vetores, nascidos do movimento infinito do caos, são paralisados pelo recorte que se faz e tornam-se os elementos constituintes de um universo de referência para o sujeito (cf. idem, 154). O conteúdo das disciplinas é um corpo relativamente inerte, um feixe de forças paralisadas, uma fotografia instantânea do real. É como se o ato de conhecer disciplinarmente operasse a fabricação de uma bolha de vácuo na paisagem móvel da realidade caótica. O caos, aqui, não é a desordem ou o nada, mas a prenhez de tudo. Deleuze e Guattari definem o caos “pela velocidade infinita com a qual se dissipa toda forma que nele se esboça” (idem, 153), isto é, o caos é a natureza da terra ou do espaço e o lugar disciplinar é um estancamento do movimento, uma interrupção do

fluxo. A disciplina se constitui na medida que se opera uma dobra nesse plano em movimento. O fluxo interrompido pelo olhar disciplinar faz uma prega, uma dobra onde o movimento responde a uma aceleração zero e se torna uniforme, como expediente de estabilização (cf. idem, 154). Essa dobra contém segmentos de vetores que constituem, em sua trama, um universo de referência. A permanência do movimento é assegurada pelo vigor da virtualidade apreendido no momento da atualização, o qual permanece como uma potencialidade presa nos limites da finitude construída pela disciplina. O próprio limite, enquanto dimensão finita determinada no infinito, constitui um componente definidor do campo. O limite é o resultado da intencionalidade do sujeito, um foco de referência lançado em torno de si, constituinte transcendente do campo. A intencionalidade é a força mesma de configuração da dobra, como o flash que ilumina a cena a ser aprisionada na fotografia. Os vetores atualizados são o próprio olhar, o conteúdo do olhar sobre o plano em movimento. A trama tornada regular é a referência, a ilha de conhecimento no caos do desconhe-

cido, isto é, o sujeito conhecedor conhece à medida que recorta no caos um fragmento e com ele forja um universo de referência para navegar e enunciar suas teorias.

A dimensão objetiva da disciplina, portanto, é dada pelo conjunto atual dos limites, dos vetores segmentados e do movimento uniforme aprisionado. O conteúdo de uma disciplina, assim, inclui não um objeto e um método, mas um território e um movimento estável de conservação do território. É como se aquela dobra tivesse dentro de si uma força atrativa que impedisse o desdobrar-se e relançar-se no infinito caos da exterioridade. Assim, enquanto desenvolvemos este ponto de vista, podemos vislumbrar uma performance bastante criticada, o paroquialismo disciplinar. Joëlle Proust aponta o espírito de paróquia como um dos principais obstáculos à interdisciplinaridade. Segundo ela, “o espírito de paróquia - que os ingleses chamam de 'faccionalismo', a saber, o fato de privilegiar a sua própria metodologia a ponto de desqualificar ou de deformar as metodologias diferentes - deve ser examinado mais de perto quanto a seus efeitos interdisciplinares.” (PROUST, 1993, 112)

Ora, um universo de referência é constituído justamente para assegurar a sobrevivência de um campo sem consistência interna. Uma disciplina é uma prática paradigmática, ou seja, sua consistência vem de fora. Seu conteúdo é referência, isto é, uma trama fenomênica e discursiva experimentada positivamente por um sujeito. O que uma disciplina compreende é uma referência; a consistência vem de fora, ou melhor, sua consistência é dada pela tensão do campo limitante, pela sustentabilidade das fronteiras frente à tendência de desfazer a dobra e desterritorializar-se. Assim, sua existência é prolongada à medida que consegue resistir às tendências de desterritorialização e isso acontece tanto por defesa (quando o campo se fecha e enrijece ao máximo, rejeitando qualquer aproximação) como por ataque (quando o campo absorve, fagocita outros campos nascentes), o que reforça a ideia da disciplina como referência e como prática paradigmática com tendência paroquialista. O medo de desfazer-se e enfrentar novamente o caos e a exigência de refazer-se, constituindo outra referência leva as disciplinas, geralmente, a uma prática chauvinista (cf. idem, 112).

Esse chauvinismo é uma tentativa de modelização operada pela disciplina sobre outros campos disciplinares existentes ou latentes. Ela própria, além de obedecer o estatuto da ciência, recompõe o estatuto da lógica e tenta reduzir o real àquela parcela de fluxo aprisionado que a constitui, isto é, procura tomar a parte pelo todo, desprezando o plano de exterioridade que a circunscreve. Em alguns casos, observa-se a exacerbação dessa estreiteza de olhar e a transfiguração da disciplina em religião, do universo de referência em dogma e dos movimentos internos em liturgia. Essas práticas são práticas de paradigma (cf. DELEUZE e GUATTARI, 1992), uma vez que verticalizam a produção de conhecimento numa ordem de submissão a um princípio transcendente ao próprio ato de conhecer.

O leitor bem pode estar se perguntando pelo porquê do fato de termos feito tamanha abreviação e termos tomado “Que é a filosofia?” publicada por Deleuze e Guattari em 1991, sem ter mencionado, por exemplo, “Empirismo e subjetividade”, publicada por Deleuze em 1953. A escolha deve-se à necessidade de, para dar tratos à noção de disciplina

como fenômeno empírico, operar com o conceito dinâmico de território (nesse caso, uma figura existencial assolada por permanentes movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização). Evidentemente, toda escolha tem seu preço. Neste caso, perdemos a possibilidade de um exercício analítico e especulativo mais vertical ao redor dos preceitos constituintes do empirismo, em favor da concessão à emergência de conceitos menos centrais e menos canônicos. Mas essa menção – por si só – já nos resguarda dessa dúvida.

* * *

Tomando a dimensão subjetiva, temos o sujeito da disciplina concebido como sujeito-em-prática operando duplamente. Por um lado, temos o sujeito-pessoa, formação existencial, cuja configuração é a própria prática. Sua existência, o complexo do vivido, constitui o lastro significativo daquilo que vai fazer-se dobra e aparecer como objeto. Por outro lado, temos o sujeito-profissional (o cientista, o professor, enfim), organizador de um universo de referência para sua prática, isto é, o profissional

é aquele que, partindo de seu próprio lugar, vai articular conhecimentos já existentes ou produzir conhecimento novo em função de configurar radicalmente aquele momento do vivido que dobrou-se. Sua personalidade, sua existência singular, consiste numa ordenação similar à constituição da dobra disciplinar. A diferença fundamental reside na natureza da formação da dobra, uma vez que a disciplina resulta da intencionalidade do sujeito e a subjetividade resulta da ordenação de condutas vividas em resposta a apelos do próprio fluxo de forças do real, ora mediatas (como cumprimento de prescrições institucionais) ora imediatas (como escolhas singulares do próprio sujeito).

Uma formação existencial é a resultante do movimento de atualização de um certo conjunto de vetores de força numa determinada contingência. Essa contingência é a relatividade dada pela circunstância de um sujeito, que adota uma performance em resposta aos apelos infinitos e móveis de seu entorno. Um certo conjunto de fatos e fenômenos que circundam e envolvem o indivíduo vão acordando traços adormecidos e provocando um aumento de tensão in-

terna na dobra-subjetividade configurada até que esta se desfaz e o sujeito é lançado no exterior para refazer-se, constituindo um novo patamar de existência. Um sujeito-em-prática é esse indivíduo em se desfazendo e se refazendo continuamente; uma formação existencial é cada uma dessas figuras existentes nesses momentos de estabilidade relativa. Se a produção dessa subjetividade é homogenética ou heterogenética, vamos trabalhar em outro momento. Por enquanto, é necessário compreender que a subjetividade é resultante da atualização de forças-fluxo em “formações singulares e datadas, fruto de um tempo processual e irreversível” (ROLNIK, 1995, 1). É importante destacar que é de dentro dessa dobra singular que vai nascer o vetor de intencionalidade de que falava acima. A intencionalidade é o enquadre, é o dimensionamento do olhar sobre o plano em movimento. Não é esse sujeito-pessoa quem olha. Na verdade, esse sujeito-pessoa é um território existencial que, limitado por uma contingência, vai gerar um vetor de direção que responde a uma representação que faz do que vive. Esse sujeito, enquanto autor do mundo, também se representa o que

vive, enquanto vive. Essa representação que ele se faz acaba por tornar-se a matriz do seu olhar. Não é mais seu olho que olha, mas é um olhar que olha sem que haja um olho. O olhar é a positividade da representação. Esse olhar praticado sobre o caos do mundo constitui a dimensão profissional desse sujeito. É um duplo, um meta-sujeito que se descola do sujeito-em-prática e, com a autonomia dada pela representação, intervém no plano em movimento e o paralisa. O sujeito, imbuído dessa intencionalidade (ação normatizada pela representação) se duplica e se lança sobre o tempo processual do caos infinito do mundo e o paralisa num recorte instantâneo. É um sujeito que transcende a si mesmo (kantianamente falando) e constitui a dobra necessária à instauração do universo de referência que ele precisa para criar a ilusão da estabilidade e do domínio sobre o caos.

A disciplina, uma vez tomada como território, implica na existência de limites, de fronteiras que a configuram. Esse limite, entretanto, acontece como um limite espacial material, como uma parede ou um muro que fecha a passagem e impede o avanço, como um continente faz a contenção

do conteúdo. O limite, numa ação interdisciplinar, precisa ser compreendido como a evidência, a demarcação daquele movimento realizado pelo sujeito na configuração da disciplina. Nesse caso, limite deve ser tomado como um traço instantâneo configurado pela dobra do real. A configuração do campo disciplinar, assim, ao invés de evidenciar uma intransigência, uma cristalização conceitual, de fato, evidencia um estado de ser. Ao invés de estabelecer, dentro, o-que-é e, fora, o-que-não-é, o limite define um estado momentâneo de ser, isto é, o que está dentro é o-que-está-sendo, o-que-tem-sido e o que está fora é o vir-a-ser, o ainda-não-sido. Dessa forma, o limite, ao contrário do caráter impeditivo tradicionalmente posto, adquire um sentido de potência expansiva.

* * *

A ação de *inter*, da interdisciplinaridade, se refere ao contato interativo entre as disciplinas. São os campos disciplinares produzindo zonas de fronteira entre si. Os limites de um território, entendidos como expansividade virtual, são aberturas

para o ainda-não-de-si, isto é, o ainda-não-de-si constitui um outro daquilo que vinha sendo e os campos entram em contato por permeabilidade, sem perda da configuração inicial. Na interdisciplinaridade as disciplinas não perdem seu caráter disciplinar, uma vez que permanecem sendo universos de referência limitados por uma zona de imobilidade. É o sujeito quem realiza o trabalho interdisciplinar. Não há uma condição, um estado interdisciplinar em si entre as disciplinas.

A interdisciplinaridade é um construto do sujeito, que transgride a natureza dos limites e experimenta um relativo trânsito entre as disciplinas. O sujeito interdisciplinar fabrica aberturas e desdobres nos universos de referência e transita entre eles, delineando uma trajetória cognitiva que envolve os espaços circunscritos e a exterioridade em movimento, produzindo, em seu deslocamento, a conexão entre aqueles segmentos de vetores aprisionados nos campos disciplinares e linhas de força viva do exterior. Sujeito-em-prática, é ao recobrar a ordem do vivido que ele resgata e constrói a consistência necessária ao conhecimento. Não há intersecção,

não há sobreposição de campos. A expansão dos territórios não se dá por usurpação do espaço dos outros. O contato entre os campos disciplinares não é um contato de vizinhança (se um vizinho quiser expandir seu território, necessariamente roubará um pedaço do território do outro). A interação proporciona um fluxo de conteúdos que se atualizam de forma peculiar no rastro deixado pelo sujeito dentro dos campos disciplinares envolvidos na relação. Na interdisciplinaridade os campos interativos se expandem sem que haja perda de espaço de qualquer deles. Isso porque os campos são diferentes entre si e a expansividade é dada pela reconexão das linhas segmentadas com as linhas vivas exteriores, caracterizando a diferença entre as disciplinas como uma diferença não-identitária. Uma não define a outra, cada uma é uma para si e é outra para as outras. Portanto, a identidade de uma não se faz pela negação da outra. Os campos distintos não são excludentes. O que-estando supõe, necessariamente, a existência de um fora-de-si. Esse fora-de-si, esse *outro*, é diferente, não é oposto, complementar, contrário ou contraditório. Esse diferente é a evidência

da virtualidade, da potência de atualização do que ainda-não-é, do devir. Ele não diz a identidade do-que-é, mas diz do que pode vir-a-ser. A disciplina é uma parte que pretende ser o todo. A consciência subliminar de sua parcialidade suscita um desejo de amplitude que se expressa pela competitividade entre as disciplinas colocadas lado a lado. Uma área, movida por sua pretensão, constata a existência das outras como diferentes mas as lê como insuficiência própria, ao invés de lê-las como diferença. Sua tendência será a intenção de incorporação, ou melhor, a disciplina assume uma performance paradigmática e procura incorporar a(s) outra(s) por enquadramento e redução, numa expectativa de alcançar o status de totalidade absoluta. Entretanto, por se caracterizar como dobra instantânea, como movimento paralisado, sua natureza impossibilita a infinitude (que é do movimento exterior), caindo invariavelmente no modelo reduzido da representação. A totalidade infinita é virtual, é movimento veloz e sua temporalidade é processual. As atualizações são segmentos desse tempo e jamais, somadas, reconstituirão o todo.

No plano da disciplinaridade, o movimento é regido pela oposição de pares funcionais como, por exemplo, parte-todo, mas esses elementos são, por sua vez, representações (provenientes da lógica binária) de estados de ser, são já fixações da processualidade, constituindo um falso problema para o conhecimento. Não se trata de propor o trabalho interdisciplinar para recobrar a totalidade perdida. Não há totalidade perdida. A totalidade como estado das coisas é uma representação, fabricada simultaneamente à criação da disciplina. Ao quebrar o tempo processual e atualizar uma virtualidade, a disciplina segmenta as forças vivas e produz uma fragmentariedade. A dobra disciplinar se representa como um todo-parte de um plano maior que supõe, também, atual. A disciplina é uma ordem de visibilidade que torna visível por representação e exige, porque resultante da intencionalidade do sujeito, a constituição desses pares funcionais. O conhecimento, como já afirmei, não é resultante de uma mera relação entre um sujeito e um objeto. A representação, sim, é um expediente dessa relação. Entretanto, conhecer não é representar. Conhecer é tornar

consistente uma existência. Ainda que o movimento do sujeito não desencadeie uma alteração de natureza nas disciplinas, seu exercício cognitivo interdisciplinar proporciona uma alteração na paisagem inicial. O sujeito se serve das referências para produzir sua consistência. Relembro, aqui, que as disciplinas não existem *a priori*: sempre há um sujeito-em-prática que as atualiza. Assim, a existência disciplinar está referida a um plano de referência singular construído por um sujeito.

A existência da interdisciplinaridade se dá quando se cruzam, numa mesma formação existencial, diferentes planos de referência, pondo em contato diferentes dobras. Dessa forma, a competência interdisciplinar de um sujeito é dada pela extensão e pela intensão da sua prática. Extensão no sentido da diversidade de vias abertas e percorridas pelo fluxo do ato cognitivo, no sentido da multiplicidade de pontos de permeabilidade instalados nas capas dos campos disciplinares. Intensão no sentido da tensão interna de amarração das linhas de força segmentadas e vivas na formação existencial. A intensão será a garantia e a retaguarda da extensão

de sua ação. A consistência será produzida na medida do grau de preenchimento do novo espaço, no rigor da construção de uma trama de conteúdos vividos e conhecidos que serão imantados pelo redesenhamento das linhas de força revitalizadas. Ou seja, o que caracteriza o sujeito interdisciplinar é o movimento de atualização, numa formação existencial, de um plano singular resultante do exercício de navegação por dentro e entre diferentes campos disciplinares. Se o móvel de configuração dos campos é a intencionalidade, o móvel da prática interdisciplinar é a extencionalidade. A intencionalidade é um traço pontual, convergente, de falsa onipotência do sujeito, que toma a sua vontade de saber como totalidade e supõe-se capaz de apreender a infinitude pela fabricação de finitos. A extencionalidade, ao contrário, resulta da consciência da finitude como potência infinita, isto é, é um desejo divergente (cf. PEREIRA, 2013). A extencionalidade é uma abertura para a multiplicidade e para o virtual no sentido da fractalização da consciência cognitiva. A intencionalidade fabrica o fragmento e a particularidade, enquanto que a extencionalidade fabrica o diverso e

a singularidade. A particularidade é o estado de ser do que se faz parte, que se perfaz com limites existenciais enrijecidos e refratários; a singularidade é o estado de ser do que se alinha no tempo processual da circunstância e se perfaz pelo atravessamento de vetores de forças vivas.

A interdisciplinaridade pode ser realizada por um ou mais sujeitos, mas sempre é coletiva. Coletiva porque resulta do emparceiramento de diferentes planos de referência, que são sempre resultantes da ação de um sujeito. A interação entre universos de referência atuais é, necessariamente, interação entre sujeitos, ainda que virtuais. Na relação entre dois ou mais sujeitos, fica claro: o trabalho coletivo é o germe inicial para que as fronteiras abram pontos de permeabilidade e os conteúdos praticados em cada plano atravessem o plano parceiro, ativando pontos problemáticos e atualizando virtualidades. Se o conhecedor é um só sujeito, fica evidenciada a coexistência de diferentes ordens de subjetividade, ou melhor, quando se trata de um só sujeito, trata-se de um diálogo interior, produzido entre diferentes regiões de um mesmo plano: diferentes universos de

referência, ao longo do tempo, vão sendo incorporados e passam a coexistir dentro do sujeito que os ordena e articula num meta-plano de referência. É internamente a esse meta-plano que se dá o processo interativo de atravessamento de elementos, de um plano a outro. Normalmente, essa ação implica numa desestruturação geral do meta-plano, produzindo uma alteração geral no sujeito, que recompõe sua unidade ao fincar os pés na prática, isto é, ao transformar o mosaico cristalizado de componentes tomados de fora em um complexo em movimento, diferente do modelo paralisado que vinha sendo. Se a disciplina é um universo de referência, ela serve de referência para o conhecimento no sentido da construção racional, explicativa e discursiva que trabalha a realidade como representação (ou vice-versa). Quando falo do movimento produzido num meta-plano habitado por universos de referência, falo num movimento de dissolução das representações, à medida que a unidade recobrada é devida não mais a uma parada de movimento. Ao contrário, se a unidade disciplinar é a referência pela representação, a unidade subjetiva é a consistência pela

prática, é a existência como devir. Assim, o trabalho interdisciplinar é um estado de mobilização do sujeito pela reinserção do virtual-infinito na prática cognitiva.

* * *

Neste ensaio, tomei em análise as concepções praticadas por alguns autores, dando prioridade para aquelas que, sem recair em exercícios diletantes ou intermináveis especulações, praticam a analogia entre disciplina e território (e, por conseguinte, entre interdisciplinaridade e movimentos de desterritorialização e reterritorialização). Essa escolha é uma arbitrariedade que tem por objetivo exercitar uma alternativa plausível, que coloca o exercício do filosofar no centro da intersecção sujeito e mundo. Bem mais do que alimentar a disputa entre razão e empiria, trata-se de pautar-se pela experiência da indissociabilidade de ambas. Mais do que investir em uma resposta à pergunta “o que é interdisciplinaridade”, este ensaio dedicou-se a exercitá-la, mostrar como funciona. O recurso ao pensamento de autores como Jean Piaget, Merleau-Ponty, Michel de Certeau,

Gilles Deleuze e Felix Guattari, ao lado do recurso às ponderações de autores como Ester Grossi, Suely Rolnik e Joëlle Proust, nada mais representa do que um convite à experiência interdisciplinar. Trata-se de fomentar o debate sem, contudo, aferir-se às posições estáticas das definições, mas, ao contrário, lançando mão de conceitos, eles mesmos dinâmicos e, por isso, passíveis de operar interdisciplinarmente.

Enfim. São inúmeras as concepções de Interdisciplinaridade que circulam, especialmente no meio acadêmico. Concepções que vão desde uma representação salvacionista do trabalho interdisciplinar até o postulado de que ela é um anti-paradigma. Porém, tomando a Interdisciplinaridade como um modo-de-ser, me aproximo da discussão sobre a estética e a diferença. Ou seja, ser interdisciplinar, realizar um trabalho interdisciplinar é uma possibilidade de realização de uma figura existencial, é uma composição de si diante e em conexão com o mundo. E, por consequência, chego à definição de “interdisciplinar” como uma qualidade da postura do sujeito, um qualificativo de um trabalho, de uma prática, de

uma atitude. Interdisciplinar é um modo-de-ser do sujeito, do conhecimento ou da prática.

Há, sem dúvida, uma série de perigos que ronda essa análise. Um dos aspectos mais delicados é o risco de reificar as categorias e gerar uma concepção messiânica ou redentora da Interdisciplinaridade. A Interdisciplinaridade não é uma metodologia, não é uma proposta de criação de uma super-disciplina, não é um mero aparato científico. O viés de análise que proponho valoriza aspectos do trabalho interdisciplinar que contribuem para a explicitação dos modos de produção da subjetividade. Procuro explicitar, a partir da análise realiza-

da, alguns expedientes e dispositivos de autonomização do sujeito com relação às possibilidades de posição no mundo. É meu intento propugnar uma via de autopoisição e, como afirmei, entendo a Interdisciplinaridade como uma estratégia, uma possibilidade de autopoisição do sujeito. Inadvertidamente, podem ser realizadas leituras simplificadoras que traduzam o trabalho interdisciplinar como uma alternativa redentora. Entretanto, esse seria um desvio obscuro e impróprio, resultante do enrijecimento do conjunto de ideias, do qual eu também espero ter conseguido escapar.

REFERÊNCIAS

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano - artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: 34, 1992.
- GROSSI E. e BORDIN J. (orgs). **Paixão de aprender**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- MERLEAU-PONTY, M. **Merleau-Ponty na Sorbonne: resumo de cursos 1949-1952: filosofia e linguagem**. Campinas: Papirus, 1990.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Freitas Bastos, 1971.
- PIAGET, J. **Problemas de Psicologia Genética**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Col. Os Pensadores).
- PROUST, Joëlle. *Interdisciplinaridade nas ciências cognitivas* In TEMPO BRASILEIRO **Interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, (113) abr/jun 1993.

ROLNIK, Suely B. **Algumas cartografias do transhumano no homem**. São Paulo: PUC/SP, 1995 (mimeo).

PEREIRA, Marcos Villela. **Estética da professoralidade – um estudo crítico sobre a formação de professores**. Santa Maria: EdUFSM, 2013.

ZUBEN, Newton Aquiles von. Prefácio In: **Temas Fundamentais de Fenomenologia**. São Paulo, Editora Moraes, 1984.

Recebido em 16/08/2013
Aprovado em 19/05/2014